

O TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: UM RESGATE HISTÓRICO

*TÂNIA MARY BETTIOL

Resumo:

O artigo aqui apresentado integra uma pesquisa desenvolvida dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (PDE) no ano de 2009. Essa proposta buscou através do conteúdo estruturante; “O trabalho”, inserido no currículo do ensino médio Estado do Paraná (SEED-PR, 2008) possibilitar aos educandos a compreensão do trabalho na contemporaneidade através da perspectiva histórica. Considera-se por essa análise que ao selecionar temas ou conteúdos a ser estudados pelos alunos têm que se privilegiar a análise da experiência humana, pessoal, a compreensão das mudanças, as transformações que ocorrem na sociedade, destacando-se sempre, a análise das superações dialéticas. Desta forma, para a compreensão do trabalho informal nos dias de hoje, buscou se um “resgate” sobre as raízes históricas da informalidade no Brasil. O objetivo dessa pesquisa foi proporcionar aulas que possibilitasse fazer elos de reflexão entre realidade do aluno, e a comunidade escolar. Objetivou-se também aos estudantes do ensino médio, interpretar, analisar e pensar historicamente, partindo de um estudo sobre o trabalho, considerando o momento atual, e as condições de trabalho praticadas por seus pais, muitos vítima do “desemprego aberto”. Entender o processo histórico dentro das estruturas do trabalho que tem levado às questões atuais na (des) organização do trabalho informal. Assim, conclui-se que as demandas capitalistas além de excluir pessoas do mercado de trabalho classificado como estruturado\formal, têm criado ideologias para justificar essa condição.

*Professora graduada em história pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em educação pela UNESP/Marília. Atua no ensino superior na disciplina da história da educação. Professora de história no ensino médio da rede pública Estadual na cidade de Cascavel – PR. Onde desenvolveu o projeto PDE- PR 2009, discutindo questões contemporâneas ligadas a educação e ao mundo do trabalho.

Palavras chave: Trabalho, Trabalho informal, Empregabilidade, Empreendedorismo.

Introdução

O artigo aqui apresentado integra uma pesquisa desenvolvida dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (PDE) no ano de 2009, no Colégio estadual professora Marilis Faria Pirotelli – Cascavel - Pr. Essa proposta buscou através do conteúdo estruturante; “O trabalho”, inserido no currículo do ensino médio Estado do Paraná (SEED-PR, 2008) possibilitar aos

educandos a compreensão do trabalho informal na contemporaneidade através da perspectiva histórica.

É oportuno salientar aqui as condições encontradas para a concretização dessa proposta. Apesar da contemporaneidade que trata a discussão, a preocupação maior estava centrada no que poderia ser a falta de interesse dos alunos no tratamento ao tema, desta forma, era necessária uma interação dos mesmos para que o projeto se concretizasse com o êxito esperado.

O primeiro passo foi então a aplicação de um questionário com as turmas de ensino médio, para verificar quais teriam o “perfil” mais próximo, do que se havia planejado; alunos ou pais envolvidos em atividades denominadas de informais.

Por isso algumas questões foram estabelecidas no sentido de investigar se sabiam o que era trabalho informal, se conheciam pessoas próximas inseridas nessa forma de trabalho, se entendiam o aumento dessa atividade nos dias atuais, se possuíam interesse num estudo com essa temática, etc. De posse dessa delimitação ocorreu à escolha de turmas e a metodologia a ser aplicada.

Assim, cabe ressaltar que as condições materiais se ligam com a metodologia, que são imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer projeto que se desenvolva junto aos alunos, dessa forma buscou-se uma metodologia interativa no desenvolvimento do trabalho e na explanação da temática.

Nesse sentido chamam-se de metodologia interativa aulas acompanhadas de leituras e discussão em grupo, o que levou por sua vez ao aprofundamento na compreensão e entendimento do tema. Para isso o uso da TV pendrive¹ foi sem dúvida facilitadora para o encaminhamento do projeto, como esse é um tema de abordagem atual, os vídeos trabalhados com os alunos foram baixados do Youtube, assim bem como, alguns textos que nortearam as discussões propostas em sala de aula, muitos localizados em sites na internet.

Outro ponto facilitador no que tange às condições materiais, é que o colégio já mencionado, conta com um aparelho multimídia, o qual foi utilizado todas às vezes que a apresentação se efetivou a um grupo maior de pessoas, foi o caso, por exemplo, da apresentação do projeto a comunidade escolar.

¹ TV. Padronizada e disponibilizada por todas as escolas da rede Estadual de Educação no Estado do Paraná.

Há que se salientar também as dificuldades encontradas na materialização da proposta, a principal ficou por conta da falta de estudos estatísticos atuais sobre a informalidade do trabalho em nossa cidade (Cascavel). Um dos pontos que se buscava no tratamento ao tema, e no desenvolvimento do projeto era o levantamento de questões locais sobre o trabalho informal.

Observou-se que não há a preocupação ou interesse de estudos sobre esse tema por parte de organismos e entidades locais. Isso foi ruim no sentido que o projeto proposto abarcava uma discussão da informalidade local\município. O que se pretendia, inicialmente, era índice e dados sobre essa atividade de trabalho, muito acentuada no município, para um comparativo com dados nacionais.

Sem a obtenção desse material específico referente a índices, percentuais, e registros da informalidade em nossa cidade consideramos que, essa análise como parte da pesquisa ficou comprometida.

Assim, foi possível verificar também que o tema apresenta poucas pesquisas até o presente momento, e que a correlação histórica da informalidade do trabalho no Brasil, na perspectiva ontem e hoje, é muito pouco estudada. Os autores encontrados que discutem a questão, são na sua maioria economistas, e nos revelam problemas ligados com a análise do pensamento econômico, e não histórico.

Nesse sentido se observou que esse setor aparece como uma espécie de contraponto à modernidade, ao setor moderno da dinâmica econômica, muitos autores ou pesquisadores, sequer abordam o setor de subsistência ou informal como algo digno de análise.

O que se observou nesse aspecto na verdade, é que o setor classificado como setor informal, é sempre colocado como forma negativa no âmbito da análise econômica, por esse estar situado a margem do processo, e não ser núcleo estruturante da dinâmica capitalista

Assim, muitos dos autores referendados nesse trabalho são pesquisadores do campo das ciências econômicas, e ciências sociais. Por essa razão o trabalho desenvolvido junto aos alunos foi no sentido de discutir a história da denominada informalidade no país, não só por acreditar que o assunto é relevante, mas também por que se sentiu a necessidade de um estudo que contribui - se para a análise histórica, onde passado\presente pudesse ser

analisado, levando assim a compreensão dos problemas atuais do nosso cotidiano, vinculado ao trabalho informal.

Considerando todos esses pontos como fundamentais, partiu-se então, de um estudo sobre as origens do trabalho informal no Brasil, onde foram pontuados os sujeitos históricos e sociais, e suas implicações nesse processo.

A preocupação primeira foi abordar as origens do trabalho informal traçando sua construção histórica, permitindo reflexões sobre o problema que se caracteriza com maior intensidade nos dias atuais.

Acreditamos que esta discussão se torna importante, na medida em que o aumento do trabalho informal na atualidade tem produzido características que apontam para um novo modelo de trabalhador, necessário para compor os novos quadros produtivos, onde a (con) formação humana, passa pelo discurso da empregabilidade ou do empreendedorismo.

Questão essa observada no decorrer das discussões junto aos alunos, quando os mesmos se referiam à condição informal de trabalho de seus pais ou conhecidos, pontuava sempre que esses eram donos de seus próprios negócios, “não possuíam patrão”. Assim a última discussão feita se objetivou entender ou ampliar essa questão referente à empregabilidade ou empreendedorismo.

Conceituando informalidade

O que se caracterizou pela primeira etapa do projeto foi seguida da apresentação de um texto onde se abordou o conceito e definição do termo informalidade.

O uso da expressão trabalho informal tem suas origens na África segundo Noronha (2003), Souza Filho (2004). Em um estudo realizado pela (OIT) no Programa Mundial de Emprego em 1972, o termo aparece de forma particular nos relatórios a respeito das condições de trabalho em Gana e no Quênia.

O ponto de partida de exame e classificação do trabalho informal da OIT é a unidade econômica, caracterizada pela produção em pequena escala, pelo reduzido emprego de técnicas e pela quase inexistente separação entre o capital e o trabalho. Tais unidades também se caracterizariam pela baixa capacidade de acumulação de capital e por oferecerem empregos instáveis e reduzidas rendas. (SOUZA FILHO, 2007 p.5).

Esse termo segundo autores analisados como Jatobá (1990), Cacciamalli (1983) foi cunhado para retratar uma sociedade que não era tipicamente urbana e industrial. A propósito, o termo tem sido usado a despeito disso para descrever uma ampla gama de situações urbanas e industriais, assim bem como para classificar e mensurar por meio de metodologias diversificadas de institutos de estatísticas, nacionais e internacionais.

Assim, verificou se que no Brasil, o entendimento popular de “trabalho formal” ou “informal” deriva da ordem jurídica, segundo Souza Filho (2004). Essa derivação começou no início do século XX com a implantação do corporativismo da era Vargas e se estendeu entre as décadas de 1930 e 1940, surgindo o binômio de formalidade e informalidade no cenário nacional.

O que foi interessante na abordagem desse texto, é que os autores acima citados, trouxeram as origens históricas do termo “informalidade”, entendimento esse que no Brasil foi pouco a pouco construído no cenário nacional a partir do início do século XX, no governo de Getúlio Vargas.

Cabe ainda salientar que para Noronha (2003) a obscuridade desse conceito “apontou a insuficiência de visões que identificam “informalidade” como algum tipo de pobreza ou que não distinguem práticas criminosas (como por exemplo, a venda de produtos ilegais) ou de outras situações ilegais não criminosas ou não previstas pela lei”. (NORONHA, 2003 p.116).

Outra observação importante inserida nesse universo conceitual são as várias expressões como; “setor informal, atividade informal, setor não estruturado, setor de subsistência”, utilizadas pelos diferentes autores pesquisados para classificar a força de trabalho que engloba os trabalhadores não inseridos nas relações ditas assalariadas, ou seja, aqueles que se dedicam ao trabalho autônomo, ou atividades de pequena escala de produção de bens de serviço, assalariados não declarados, sem remuneração determinada.

Dessa forma abriu-se uma investigação posterior, que se relaciona com as origens históricas do trabalho informal no Brasil. Quando e como e em quais condições ele se inicia, dessa maneira observou-se que era relevante a continuidade da discussão, mas agora com foco para a histórica da formação do nosso mercado de trabalho informal.

Por isso viu-se a necessidade na elaboração de um segundo texto, esse agora com abordagem histórica da formação do trabalho no Brasil, cujo objetivo

se restringia na compreensão da organização histórica da informalidade no país. A abordagem do referido texto compreendeu outra etapa do processo, “amarrando” a discussão ao primeiro texto.

Para diversificar as etapas de aplicação entre o primeiro texto já mencionado, e o segundo texto que ainda seria trabalhado, foi apresentado aos alunos um vídeo: “As caras da informalidade” presente no site do Youtube.

Esse vídeo retrata as várias faces “caras” da informalidade no país, onde os sujeitos históricos são brasileiros desempregados, estudados ou não que estão nas ruas vendendo algo para sobreviver. Ele relata uma realidade paulistana, mas que trás situações que estão presentes no cotidiano de qualquer cidade brasileira de médio porte.

Esse vídeo nos possibilitou ampliar a discussão com relação à realidade do mercado de trabalho no Brasil nos dias de hoje, no sentido da escassez da oferta ou oportunidades de emprego. Também mostra que as “caras” da informalidade são jovens, pessoas de meia idade, pessoas idosas, ou dizendo de outra forma, a falta de “oportunidades” hoje está presente para qualquer faixa etária.

Essa realidade brasileira mostrada nesse vídeo “mexeu” com os alunos, no sentido que eles foram chamados a uma discussão, conseguiu se assim um objetivar uma “provocação”, pois arrolou uma discussão para além do vídeo, onde questões como; educação, desemprego, processo de globalização de urbanização, todos com elos no processo do desemprego e da informalidade, foram permeados pela discussão.

Uma observação que se fez presente nessa etapa, foi à forma assimilada por alguns alunos no que tange a organização formal do trabalho propriamente dito. Alguns tiveram uma identificação direta com algumas falas proferidas pelos sujeitos participantes do vídeo, esses quando indagados sobre sua condição de “vendedor de rua” ou ambulante, respondiam que eram autônomos, não possuíam padrão, e nem horário específico de trabalho, situação essa interpretada por alguns alunos como algo benéfico.

Essa questão traduzida como o “auto emprego” ou “patrão de si mesmo” são questões que carrega mecanismos ideológicos de convencimento às classes trabalhadoras, isto porque sustenta a teoria de que o individuo é capaz de construir uma atividade remunerada na sociedade sem empregos.

Dessa forma seria necessário trabalhar essas questões para um real entendimento desse discurso, assunto esse que foi abordado no fim das etapas da implantação do projeto, porque requeria novas análises e conseqüentemente novas leituras.

O segundo texto trabalhado embora não tenha sido a continuidade do primeiro, se complementou a ele de certa forma. As discussões geradas sobre o conceito de informalidade levaram aos questionamentos sobre a questão histórica do trabalho informal no país.

A informalidade do trabalho no contexto histórico

É necessário admitir que para uma abordagem histórica do trabalho informal no Brasil, considera-se de forma intrínseca o desenvolvimento do nosso mercado de trabalho, que só no início do século XX começou a se desenvolver no sentido moderno do termo, ou como forma de predomínio de produção de bens de serviços, por essa razão as linhas gerais desse segundo texto foram norteadas pelo processo de formação do nosso mercado de trabalho.

O texto elaborado; “As origens históricas da informalidade no Brasil” foi estruturado na seguinte periodização histórica: período escravista que perpassa pelo período colonial e imperial e pós-abolição até os anos de 1930, e por fim, o período mais recente da nossa história que compreende os anos 1930 aos dias atuais.

Para a abordagem desse texto foi preciso duas aulas em função da quantidade de dados e informações pertinentes a história da formação do nosso mercado de trabalho, o que foi para muitos alunos algo novo, por conter informações e dados sobre a questão do trabalho escravista nos períodos colonial e imperial que muitos disseram desconhecer.

Dessa forma recorreu-se a autores como Furtado (1970), Gorender (1978), Theodoro (2004), Cardoso (1987), Florestan Fernandes (1975), autores que contribuíram tanto para a elaboração da primeira parte do texto, como para a segunda quando se analisou o período mais recente da história do nosso mercado de trabalho.

A metodologia usada nessa fase para trabalhar o referido texto, foi modificada, com a finalidade de dinamizar a aula, através da necessidade de

mudança do ambiente físico para a aprendizagem, que julgamos como algo benéfico, e deve ser considerada. O aparelho de multimídia foi usado para a apresentação e explicação desse texto.

O texto foi intercalado a imagens pertinentes a temática, isso enriqueceu a apresentação, os alunos anotaram as dúvidas e perguntas, que foram respondidas posteriormente ao término da explanação.

Esse texto auxiliou no sentido de trazer a discussão histórica sobre as origens da nossa informalidade, discutindo a formação do trabalho no Brasil do período escravista aos dias atuais, passando pelos períodos importantes de (des) construção do trabalho formal no Brasil, explicando o início ou histórico da nossa informalidade.

A segunda parte do texto que compreendeu outra aula, considerada também como outra etapa, correspondeu à análise histórica do período de 1930, aos dias atuais, mostrou o enfoque histórico no passado com elos no presente, salientando a construção do trabalho informal nesse último século.

Essa parte do texto mostrou que o período ou os anos 1930 foram marcantes, caracterizado por transformações tanto no âmbito econômico, como social, e político e pelo processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira.

Essa parte do texto fundamentada em autores como Bazzanella (1963), Prado Júnior (1960), Singer (1968) trouxeram informações históricas importantes sobre o nosso mercado de trabalho no período analisado.

Assim, Prado Junior (1960), faz referência ao governo de Getúlio Vargas no sentido que ele lançou a base estatal para a implantação da indústria. Por isso, se até os anos de 1920, a ação estatal era, sobretudo normativa, após 1930 temos a característica intervencionista. Questão essa relevante dentro da discussão proposta.

O texto apresentado trouxe também alguns índices citados por Bazzanella (1963), o que enriqueceu a explanação, esse relativo à força de trabalho, ao desemprego e a industrialização no Brasil nos anos de 1940.

Segundo o autor absorção da força de trabalho e desemprego nos anos de 1940, constatou que nas 141 cidades com mais de 10.000 habitantes, e nas cidades das regiões mais desenvolvidas, dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro), Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, não havia desemprego. Mas, para as cidades das regiões menos desenvolvidas, ele encontrou índices de desemprego.

Nessa direção Brandão Lopes (1980) mostrou índices de subemprego e desemprego no Brasil no ano de 1950. Utilizando-se de dados do Censo Demográfico, esse pesquisador mostrou que a porcentagem de desempregados e subempregados em São Paulo naquele ano era de 16,1%, metade que se verificava em Salvador que era de 32,1% enquanto Belo Horizonte registrava 27,4%.

Essas questões foram enriquecendo a trajetória da análise, porque precisávamos chegar ao contexto histórico mais recente, que se refere aos anos de 1940 a 1980, quando ocorreu o fenômeno da urbanização, que resultou na proliferação de cidades e também no crescimento marcante da população metropolitana, e conseqüentemente no acirramento do trabalho informal no país.

Como encerramento desta discussão seguiu-se uma atividade de interpretação e aprofundamento do texto. Essa correspondeu a uma relação de todas as informações novas e desconhecidas pelos alunos, trazidas pelo texto, as quais deveriam ser destacadas.

Na seqüência, conforme cronograma estabelecido foi apresentado outro vídeo que compreendeu duas aulas ou duas etapas de execução, com o tema “A informalidade do trabalho no Brasil” Série Brasil informal exibido pelo Jornal Nacional, Rede Globo (2007).

Essa reportagem perfaz uma série de seis vídeos que foram apresentados durante uma semana, pelo referido jornal no dia 23 a 28 de abril de 2007, todos com cinco minutos de duração. A apresentação desses vídeos foi importante porque possibilitou uma série de discussões que se fez necessária na abordagem do tema. Trouxe informações atuais e mostrou um “Brasil clandestino” informal que cresce aleatoriamente.

Em uma aula foi exibido os dois primeiros vídeos, os quais têm uma abordagem condizente com a realidade brasileira, pessoas que trabalham sem garantias e sem direitos. A primeira reportagem dessa série trouxe índices importantes sobre a informalidade no país, mostrou o que está se formando historicamente é um país quase “clandestino que não existe oficialmente”, segundo a reportagem.

Constatou se assim, percentuais importantes sobre a informalidade no país, justificando essa clandestinidade, são dados que apontam que dos 47 milhões de trabalhadores brasileiros, 46,6% somam os que têm direitos, contra 53,4% de informais sem direitos e garantias.

O que se confirma por sua vez com os dados verificados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Série Brasil informal 2007), que registrou em 2005, o aumento de 34% da informalidade no país.

Questões essas pontuadas pelo o programa feitas por meio de entrevistas com pessoas que vivem da informalidade, trouxeram mais uma vez a identificação de alguns alunos com os sujeitos entrevistados e apresentados na reportagem. No primeiro vídeo mostrou pessoas na informalidade que possuem “empresas” que por sua vez empregam pessoas também na informalidade, essa situação foi identificada junto a familiares de alguns alunos.

Outra situação com o mesmo teor citado acima, foi do trabalho doméstico, ou melhor, dizendo o trabalho da “diarista” que é classificado como informal. Situação essa presente no cotidiano de familiares e conhecidos de alunos inseridos nesse projeto. Nesse sentido o vídeo contribuiu para “levantar” a condição de desamparo social referente à questão da aposentadoria a que estão sujeitas essas pessoas.

Os outros dois vídeos apresentados em outra aula finalizaram essa etapa, na sequência foi feito um debate, com as colocações dos quatro vídeos exibidos, como forma de fechamento dessa atividade.

O que se priorizou nesse debate; todos os pontos de identificação do aluno com a temática mostrado no vídeo pelos sujeitos apresentados, a questão do desamparo que estão sujeitas essas pessoas, sem as garantias de um futuro, a questão das empresas que não registram seus funcionários porque são “clandestinas”, e os informais que preferem essa condição a passar pela questão burocrática vinculada a legalidade exigida pelas leis brasileiras na cobrança de altas taxas e tributos.

Dessa forma a discussão também se estendeu sobre o papel do Estado nesse processo de trabalho. O Estado tem seu percentual de responsabilidade nessa questão conforme mostrado nesse vídeo.

Um das questões era saber se os vídeos haviam contribuído para o aprendizado, se o conteúdo apresentado mostrou situações novas, e se havia

contribuído de certa forma para um aprofundamento na questão na informalidade na atualidade. Afinal, a expectativa dos alunos se apresentava justamente com as questões atuais ligadas ao cotidiano.

Foi nesse sentido a intenção dos vídeos nessa etapa, discutir questões do Brasil na atualidade, saber se o mesmo correspondeu com essa expectativa, era, portanto necessário para dar encaminhamento posterior aos trabalhos.

Assim, perante o debate ficou explícito que conseguiram absorver algo novo, quando questionados sobre o que acharam da série exibida, a resposta foi positiva. Mas, fizeram colocações sobre duas frases pronunciadas no vídeo, que consideramos ser importante mencioná-las aqui.

Uma delas se relaciona ao economista José Pastore, que diz que o trabalhador informal não está preparado para enfrentar três incertezas na vida: “envelhecer adoecer e morrer”, pois segundo o economista a pessoa que envelhece, adocece e morre precisa ter garantias, e quem se encontra na informalidade não conta com garantias, e complementa dizendo que isso é uma “selvageria”.

A outra frase destacada foi a do sociólogo Lauro Ramos. “A Informalidade é um mal dos pobres, o desemprego não é mal dos pobres; quem pode se dar ao luxo de ficar desempregado é quem tem uma fonte de renda; o pobre não fica desempregado ela cai na informalidade”. Esses dois trechos do vídeo foram interpretados pelos alunos como “realidade cruel”.

Mas há que se ressaltar que essa questão, ou melhor, essas frases pronunciadas levaram os alunos a uma reflexão social, foi benéfica em função do que anteriormente achavam positivo e já citado nesse texto, com relação ao “auto emprego” e ser “patrão de si mesmo” presentes no contexto da informalidade, conseguiram perceber o que o economista José Pastore traduziu como “selvageria” que é exatamente o desamparo social no qual esses sujeitos estão submetidos.

Dessa forma reforçou se a necessidade de fazer ainda que de forma breve, uma discussão acerca da ideologia do individuo empreendedor e do tão famoso empreendedorismo discurso proferido na atualidade. Essa questão do desamparo social trazidos pela reportagem traduz a não contribuição previdenciária dos informais, discutida nas quatro reportagens que compreendeu os vídeos.

A próxima etapa a ser cumprida correspondia ao levantamento de dados sobre a informalidade em nossa cidade. Aqui se pretendia trabalhar com dados estatísticos reais condizentes com a realidade local, essa etapa estava proposta no cronograma, pretendia-se fazer uma ligação ou co- relação com o eixo maior que é a informalidade no Brasil.

Como já mencionado na introdução desse texto, o material pretendido não foi encontrado. Procurou-se junto a Prefeitura local, a Universidade (departamento de economia) e ao SEBRAE. Todos esses órgãos disseram não possuir tais dados, alguns justificaram foi o caso do SEBRAE que se referiu a questão orçamentária para tal pesquisa, a Universidade disse ser esse um tema não relevante para os pesquisadores da instituição, quanto a Prefeitura, essa não justificou.

Perante a carência de material local definiu se então, essa etapa como um estudo de “caso”, ou melhor, um estudo sobre a informalidade no Paraná. O texto utilizado foi pesquisado na internet Paraná-online (2005) “Paraná registra redução do trabalho informal”

Apesar de o texto apresentar a informação sobre a redução da informalidade no Estado do Paraná como algo positivo, observou-se que no Paraná segundo o próprio texto, 66% das pessoas ocupadas na economia informal naquele período eram homens. Apontou também que mais da metade do total de pessoas ocupadas nesse setor possuía o ensino fundamental incompleto e que apenas 5% não tinha nenhuma instrução ou menos de um ano de estudo.

Das pessoas ocupadas na economia informal no Estado do Paraná em 2005, 37% estão na faixa etária de 25 a 39 anos e 31% têm entre 18 e 24 anos de idade. Assim a observação levantada, é que há muito a se fazer em nosso Estado nesse sentido, nesse sentido também foram às outras observações feitas no texto.

Quando se percebe que a maior parcela da população paranaense que se encontrava na informalidade naquele período não tem instrução, e que 37% são na sua maioria jovens entre 18 a 24 anos, em se tratando de área urbana, encontram-se pessoas em busca do primeiro emprego, vale ressaltar que essa informação teve um sentido de maior importância, observando que é nessa faixa etária que se encontram pessoas em busca do primeiro emprego, ou melhor, os jovens.

A última etapa correspondente ao projeto se caracterizou como uma explanação da temática a comunidade escolar. Para essa etapa a participação dos alunos não se restringiu somente as duas turmas de ensino médio selecionadas para o projeto. Considerando o aluno do período noturno como aluno trabalhador e inserido no contexto do mercado de trabalho, esses foram convidados, assim como outras turmas do ensino médio.

Essa etapa foi caracterizada como término do projeto, onde foram conduzidas as questões mais atuais sobre a informalidade e sobre a questão do “auto emprego” caracterizadas no âmbito do discurso conformista como empreendedorismo. Essa abordagem foi levada para o momento final, por acreditar que essa etapa se caracterizaria pelas últimas considerações, e abarcaria questões que estão postas a discussão na atualidade, por essa razão se estendeu a uma platéia maior.

A apresentação final desse trabalho foi preparada no multimídia, na junção texto imagem e som. As lâminas para a apresentação do mesmo foram feitas obedecendo a uma sequência histórica, mas, considerando primeiramente os problemas característicos dos anos noventa, que levou ao aumento da informalidade no país. Assim essa explanação ficou dividida em duas partes.

A primeira considerou os anos recentes de 1990 a 2000, onde se caracteriza as novas demandas no aumento da informalidade. Mostrou-se que os anos noventa foram marcados por alguns aspectos relevantes que contribuíram por sua vez para o aumento do desemprego, e conseqüentemente para o aumento da informalidade.

Derivam-se a partir disso o processo de globalização econômica, a reestruturação produtiva da economia, o advento das novas tecnologias, as novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, caracterizadas pelas práticas neoliberais, que provocaram mudanças significativas em toda a sociedade, e conseqüente alterações na esfera do mundo do trabalho.

Para o entendimento dessas questões foi feito um breve resgate histórico na efetivação desse processo, ou seja; os anos do pós-guerra 1945 a 1970. Esse período foi então regulamentado por uma forma de organização produtiva, denominada de taylorista-fordista. Esse modelo tinha por finalidade atender às demandas de trabalhadores e dirigentes a partir de uma clara definição de limites

entre ações intelectuais e instrumentais, determinando as atribuições de cada um nesse processo.

Essa abordagem foi necessária para produzir um entendimento histórico sobre as mudanças verificadas em meados do século XX, que determinou a substituição do modelo taylorismo-fordismo que já não atendia às especificidades das demandas do processo produtivo. Esse modelo passa a ser drasticamente substituído, perdendo espaço para um novo paradigma, denominado de toyotismo, caracterizado pelas estruturas do modelo japonês.

Algumas informações levantadas pelo Ministério do Trabalho nos anos noventa, e citadas por Pochmann (2002), foram observadas, porque indicou uma grave crise do emprego assalariado naquele período com perda estimada de três milhões de vagas a nível nacional, esse dado foi destacado para fundamentar o que se apresentava.

As questões discutidas estavam dentro do contexto da transição da década de noventa para o ano dois mil, assim baseou-se em dados de emprego e desemprego relativos a esse período. Foi o caso dos índices de empregos levantado por Pochmann (2002).

O autor nos mostra que nos anos noventa, do total de empregos formais destruídos, houve uma redução estimada de 2,1 milhões de postos de trabalho durante a recessão do governo Collor (1990 a 1992), enquanto oitocentos e setenta e sete mil empregos desapareceram justamente quando a economia voltou a se recuperar, entre os períodos de 1993 a 1999.

Derivou-se disso o encaminhamento dado as discussões com relação aos anos noventa, caracterizado como um dos períodos mais dramático para a história do mercado de trabalho no Brasil.

Outro autor que subsidiou essa explanação foi Freitas (1997), que realizou um estudo específico, na década de noventa sobre a informalidade no Brasil, verificou que o número de “entrantes” no mercado de trabalho correspondeu a uma informalidade que abarcou mais da metade dos trabalhadores, mostrando que a maioria dos postos de trabalho naquele momento estava vinculada ao setor informal.

Dessa forma com o levantamento dessas questões a apresentação foi se desenvolvendo, e pontuando a nova situação que emergiu com a crise, e com a

reestruturação produtiva, que levou empresas a adotar programas de racionalização, provocando a desverticalização industrial.

Essas informações contribuíram no sentido de esclarecer o que ocorreu com os empregos no país a partir da década de noventa e o consequente aumento do trabalho informal.

Nesse contexto as atividades informais não só recebem os trabalhadores “sobrantes” segundo Dedecca (1996), desse modelo “moderno” do processo produtivo, como são incorporados ao seu ciclo produtivo. Essa nova dinâmica econômica segundo o autor alimenta o crescimento do setor informal, no sentido de forçá-lo a absorver os ex-assalariados de baixa qualificação, que irão compor o comércio ambulante, os serviços domésticos, ou serão estimulados a “abrir seu próprio negócio”.

A partir dessa análise o objetivo era retomar a questão sobre o empreendedorismo ou empregabilidade, que havia surgido no decorrer das discussões anteriores por isso não se perdeu de vista nessa análise, que a forma de uniformizar a realidade dos países em desenvolvimento faz parte do processo de expansão do capitalismo.

Com essas novas demandas exigidas no mundo do trabalho, aumenta o desemprego a informalidade, criando uma (con) formação humana aos interesses do capital.

Assim, a segunda e última parte da explanação se restringiu a explicação ao que se chamou de ideologia do empreendedorismo ou empregabilidade, consideração essa feita junto aos autores analisados, que caracteriza essa ideologia como face do trabalho informal.

Foi observado nessa parte da explanação, que para alguns autores existe uma forma de uniformizar a realidade no que se refere ao processo de expansão do capital. “Na realidade e a evolução econômica demonstram que a formação profissional permanente tende a privilegiar uma referência gerencial e economicista, subordinando prioritariamente os indivíduos às exigências da produtividade econômica” (TADDEI, 1998, p. 354).

Dessa forma como diz Taddei (1998) se atribui aos dispositivos de formação permanente a difícil tarefa que se caracteriza em tratar os problemas de reconversão, mobilidade e mutações tecnológicas, é por isso segundo o autor que

é cada vez mais recorrente abordar o problema da formação em termos da adaptação e reinserção do assalariado.

Em razão disso, a empregabilidade veio legitimar uma realidade que passou a ganhar espaço a partir da década de 1990. Relaciona-se com o mercado de trabalho no momento atual, foi definida como eixo fundamental no conjunto de políticas supostamente destinadas a diminuir os riscos sociais do desemprego, este traduzido como o grande problema do final do século passado e início deste.

Assim, também foi importante esclarecer no momento o conceito que se tem por empregabilidade. Para tal definição se utilizou o conceito de empregabilidade atribuído por Hirata (1996), que diz ter o significado da associação de uma política de seleção da empresa e implica transferir a responsabilidade da não contratação ou da demissão ao trabalhador.

Um trabalhador não empregável é um trabalhador não-formado para o emprego, não competente, segundo a autora, “o acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesoeconômicas contribuem decisivamente para essa situação individual”. (HIRATA, 1996 p.10).

Nesse contexto do mundo do trabalho, buscou-se uma fundamentação no historiador Hobsbawm (1994), para explicar o que está ocorrendo hoje, com relação às mudanças nas relações sociais.

Essa questão analisada pelo autor nos mostra que as relações sociais sofreram gradativamente, ao longo do século XX um deslocamento de sua referência essencial do “nós” para o “eu”. Esse deslocamento se caracteriza hoje na centralidade absoluta do “eu”, podendo ser observado no projeto formulado pelo capital dentro do mercado de trabalho.

Essa explicação foi pertinente para entender a questão da empregabilidade no sentido de que a noção de empregabilidade nada mais é do que uma ideologia de adaptação de pessoas a uma sociedade sem emprego e sem transformação.

Ela representa a contínua preparação do trabalhador na luta de se manter empregado, ou na perda deste a conquista por outro se faz pela sua própria capacitação. Essa é a condição do cidadão trabalhador de se tornar empregável num momento crítico em que se flexibilizam as relações e condições trabalho.

Por essa razão a questão da empregabilidade tem sido defendida por certos setores sociais, e a idéia passa ser “comprada” por aqueles que desconhecem suas origens. Com essa explicação se chegou onde se pretendia “amarrar” a questão levantada naquele primeiro momento, às considerações feitas por autores que discute o assunto.

O conceito e a noção de empregabilidade dessa forma entendido reforça a necessidade de novos conhecimentos, impondo ao trabalhador a (re) qualificação para que possa ser continuamente trabalhador, assim a construção da defesa da aquisição de treinamentos e o investimento em educação e formação, são elementos importantes no desenvolvimento social.

Dessa forma o discurso dominante passa a integrar ideologicamente a noção do empreendedorismo ou “auto-emprego” “patrão de si mesmo” uma alternativa em função das altas taxas de desemprego e subemprego, criando assim, a empregabilidade como meio de legitimar um problema relacionado ao mercado de trabalho.

O agravamento desse problema tipicamente urbano segundo Hirata (1996) deve, portanto, ser visto como produto da paralisação do nosso desenvolvimento e submissão às imposições internacionais no que tange uma política de abertura econômica.

Essa ideologia que prega o “auto emprego”, o “patrão de si mesmo” o “empreendedor”, está coerente com as propostas de flexibilização das relações de trabalho, vai à direção de procurar ampliar o espaço de convencimento do capital na (con) formação humana, na “adaptação” de pessoas a nova situação, facilitando assim a transferência do ônus dessa para os trabalhadores, em prejuízo ou conseqüência de sua própria formação profissional.

Portanto, feitas essas considerações foi oportunizado um último momento para as dúvidas, perguntas e colocações, as quais foram respondidas. Mas, perante a complexidade da temática se observou que não há esgotamento do tema, discutir a questão da história da informalidade no Brasil, é perceber que a temática se “desdobra” em outros estudos.

Conclusão:

Há que se considerar nesse estudo sobre a história da informalidade do trabalho no Brasil, a existência de aspectos de extrema contradição; urbanização

acelerada acompanhada de forte concentração da pobreza, as diferenças de renda e de acesso ao emprego formal ou setor estruturado que esta a cada dia mais difícil nos dias atuais. Por isso a identificação dos alunos com o tema.

Observou se nessa identificação que as questões de abordagem atual derivadas na informalidade histórica, são resultados de uma desigualdade em processo, que se caracterizou com veemência a partir da década de noventa, reproduzindo por sua vez os mecanismos historicamente constituídos.

Expressando de outra forma, esse projeto buscou resgatar a historicamente o processo de formação do trabalho informal no Brasil, levando em conta as condições reais de vida dos sujeitos nele envolvido, os alunos. Em sua maioria pessoas que se não sobrevivem da informalidade, convive essa realidade de forma muito aproximada.

A necessidade de aproximar a teoria estudada em sala de aula, com realidade praticada pelos sujeitos inseridos no processo histórico, foi objetivada desde o início da implantação do projeto até sua última etapa. Por isso os materiais e os recursos metodológicos utilizados como textos, e vídeos, foram selecionados obedecendo a esse fim, e o “fechamento” do trabalho compreendeu um grupo maior de participantes, inseridos em nossa comunidade escolar.

Com os problemas e condições agravadas na economia brasileira a partir de 1980, a desestruturação do mercado de trabalho foi uma realidade, assim como o desassalariamento, o desemprego, e a adoção das políticas neoliberais a partir de 1990, contribuiriam ainda mais para a precarização dos empregos, e trabalho com carteira assinada.

Essa realidade que é permeada pelos sujeitos envolvidos no projeto, de forma direta ou não, foi detectada a partir da “triagem” para a escolha das turmas feita no início. A questão sobre o trabalho sem carteira assinada foi importante para o desenvolvimento das discussões e para o estudo que se realizou, visto que recorreremos inclusive a autores que a priori não se pensava.

Foram o caso das questões acerca do empreendedorismo ou “patrão de si mesmo”, questões que abarcam ideologias quando o estudo se enquadra no elo capital-trabalho, que surgiram no decorrer das apresentações no encaminhamento do projeto.

Nesse contexto foi necessário destacar historicamente o papel do Estado no processo de criação e consolidação de um mercado de trabalho no Brasil. Há

que se considerar que ao abolir a escravidão sem adoção de iniciativas complementares na absorção produtiva dos ex-escravos como mão-de-obra livre, o Estado estabeleceu as bases de perpetuação da exclusão de parte da população brasileira.

Apesar de alguns esforços nesse sentido, a ação do Estado sobre o mercado de trabalho, sempre foi marcado pela idéia do crescimento econômico, como única política de emprego, assim conclui-se perante autores analisados que o Estado assumiu uma posição de co-responsabilidade no que se refere à perpetuação das desigualdades e conseqüências, sendo o trabalho informal uma de suas vertentes.

Destaca-se o papel das novas tecnologias, que permitem taxas de crescimento da produção, mas ao mesmo tempo em que diminui os postos correspondentes ao emprego formal. Essa realidade nos mostra a consolidação histórica presente na dimensão de uma sociedade em que o “moderno” o “arcaico” o informal sobrevivem em conjunto ou em uma “convivência funcional”.

No nosso caso o aumento das atividades informais atinge níveis elevados, permitindo a proliferação de discursos ideológicos em que ser “empreendedor”, ou “patrão de si mesmo”, ou melhor, trabalhar na informalidade é uma realidade coerente com os dias de hoje, dado o aumento da automação industrial.

Dessa forma o presente artigo não teve a pretensão de apresentar conclusões acabadas sobre o assunto abordado, ao contrário, intentamos mostrar que os problemas aqui abordados sobre a história da informalidade do trabalho no Brasil, são questões discutíveis que não se esgotam, e nem se fecham em conclusões, mas precisam ser consideradas à medida que estão “subscritas” em nossa história.

Acima de tudo concluí se que o conhecimento alcançado com esse estudo foi algo bilateral, ambas as partes foram beneficiadas nesse processo de estudo, permitindo visualizar como é benéfico um projeto onde se considera os sujeitos nele envolvidos.

Referências:

- BAZZANELLA, W. **Processo e implicações do desenvolvimento**. São Paulo: Zahar, 1963.
- CACCIAMALLI, M. **Setor informal e as formas de participação da produção**. São Paulo: IPEA, USP, 1983.

- BRANDÃO L.; RUBENS, J. **A crise do Brasil arcaico**. Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Brasil: JQ-JK. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEDECCA, Claudio. **Desregulamentação e desemprego no capitalismo avançado**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- FREITAS, P.S. MONTAGNER,P. **Evolução das inserções ocupacionais na região metropolitana de São Paulo**. Brasília, Ipea, 1997.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, 1970.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2ª ed. São Paulo: Ática,1978.
- JATOBÁ, J. A. **Pesquisa sobre mercado de trabalho na América Latina**. São Paulo: Literatura econômica, 1990.
- JORNAL NACIONAL. Rede Globo. **Série Brasil informal**. Exibido na semana de 23 a 28 de abril de 2007. Disponível em: [http://www.Youtube.com.br/vídeos/trabalho informal](http://www.Youtube.com.br/vídeos/trabalho_informal). Acesso em 14/02/2009.
- IPEA. Instituto de pesquisa aplicada. . Rede Globo. **Série Brasil informal**. Exibido na semana de 23 a 28 de abril de 2007. Disponível em: [http://www.Youtube.com.br/vídeos/trabalho informal](http://www.Youtube.com.br/vídeos/trabalho_informal). Acesso em 14/02/2009.
- NORONHA, Eduardo G. **“Informal”, Ilegal, Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. Revista brasileira de ciências sociais, Vol. 18 nº. 53. 2003, p.111- 129.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- POCHMANN, Marcio; BORGES, Altamiro. **“Era FHC”**: A regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional editora, 1968.
- SOUZA FILHO, Augusto. **Trabalho na sociedade contemporânea: trabalho informal**. Disponível em www.unihorizontes.br/pi/pi_1sem_2007administracao\trabalho_informal.pdf. Acesso em 18\10\2008.
- HIRATA, Helena. **O(s) mundo(s) do trabalho**: convergência num contexto de mudanças dos paradigmas produtivo. São Paulo: 1996. [Mimeo].
- HOBSBAWM, Eric. **A era do extremo**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- PARANÁ ON LINE. **Paraná registra redução no trabalho informal**. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/economia/news238761>. Acesso em 18\10\2008.
- TADDEI, Emílio. “Empregabilidade” e formação profissional: a “nova” face da política social na Europa. In: SILVA, L. (org.). **Escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. (orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.